

HABILIDADES SOCIAIS DE PAIS E PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO DE FILHOS¹

Alessabdra Turini Bolsoni-Silva²

Almir Del Prette³

Jorge Oishi⁴

RESUMO

É possível que pais socialmente mais competentes consigam resolver problemas de forma mais efetiva e positiva e que seus filhos tenham menos problemas de comportamento. A presente pesquisa tem por objetivo descrever e comparar o que pais que possuem filhos com indicação escolar de problemas de comportamento (IPC) e pais que possuem filhos com indicação escolar de comportamentos socialmente adequados (ICSA) relatam a respeito de comportamentos socialmente adequados e "inadequados" dos filhos, bem como o que relatam sobre suas próprias habilidades sociais educativas (HSE). A coleta de dados foi conduzida através de questionários com 60 familiares de crianças com 6 anos de idade, matriculadas em 6 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIS) da cidade de São Carlos. A análise foi realizada categorizando-se os dados dos questionários que foram organizados quantitativa e qualitativamente em tabelas, procedendo-se às análises estatísticas para comparar os Grupos IPC e ICSA. Os resultados apontaram que: a) os indicadores de problemas de comportamento foram mais freqüentes em meninos que em meninas; b) houve diferenças entre os Grupos de crianças IPC e ICSA, pois as crianças do primeiro apresentaram mais indicadores de problemas de comportamento que as do segundo; c) houve semelhanças entre os Grupos IPC e ICSA nos indicadores de comportamentos socialmente adequados, com alta freqüência em ambos e d) foram identificadas algumas semelhanças e algumas diferenças entre as HSE dos pais IPC e dos pais ICSA.

ABSTRACT

It is possible that parents who are more socially competent are better able to solve problems in a more effective and positive way. Their children may have fewer behavior problems. The aim of research was to describe and to compare parent's descriptions about social skills behavior and

¹ Esta pesquisa é parte de um projeto mais abrangente, que resultou na dissertação de mestrado da primeira autora, sob a orientação do segundo autor, cujo título é "Problemas de comportamento e comportamentos socialmente adequados: Sua relação com as habilidades sociais educativas de pais". O terceiro autor foi responsável pela análise estatística. Este trabalho contou com o auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Nível Superior (CAPES).

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Baurui). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP - Campus Ribeirão Preto). Mestre em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

³ Professor de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

⁴ Professor Doutor do Departamento de Estatística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

"inadequate" behavior of their children whose schools evaluated them as having behavior problem indicators (BPI) and their children whose schools evaluated them as having appropriate social behavior indicators (ASBI). Another target of research was to describe and to compare parent's description about their educational social skills (ESS). Data were collected through questionnaires that consisted of sixty families with 6 year old children. These children were enrolled in 6 EMEIS schools in São Carlos. These data were categorized, analyzed quantitatively and qualitatively and then were organized in tables, followed by statistical analysis to verify differences between the BPI and ASBI groups. The results showed that: a) behavior problems indicators were more frequent in boys than in girls; b) there were evident differences between the two BPI and ASBI groups, in that BPI children had a larger number of behavior problem indicators than ASBI children; c) there were similarities between BPI and ASBI groups with relationship to the appropriate social behavior indicator items, as the both groups showed a high frequency for this repertoire and d) some similarities and differences between the ESS of BPI and ASBI parents, were identified.

INTRODUÇÃO

A literatura psicológica faz referência a problemas de comportamento, relacionando-os, em parte, às práticas educativas parentais e escolares. O termo problemas de comportamento é bastante ambíguo e controverso, possuindo definições vagas, classificações distintas, exaustivas e sem limites claros. Os manuais geralmente usados para diagnóstico da categoria (MEC, DSM IV, CID-10) possuem linguagem médica, valendo-se, em suas definições, de descrições de sintomas para caracterizar os problemas de comportamento.

É possível identificar vários determinantes para os problemas de comportamento, apontados por diversos autores, tais como Patterson, DeBaryshe e Ramsey (1989), CID-10 (1993), Brioso e Sarrià (1995), Conte (1997), Kaiser e Hester (1997), Kaplan, Sadock e Grebb (1997), Ingberman (1997) e Webster-Stratton (1997). De uma forma global, estes autores apontam para a existência de uma ligação entre práticas educativas e comportamento anti-social, à medida que as famílias inadvertidamente estimulam estes comportamentos por meio de disciplina inconsistente, pouca interação positiva, pouco monitoramento e supervisão insuficiente das atividades da criança.

Os pais entram em conflitos, entre si, ao educarem seus filhos, considerando a educação que receberam e a influência dos novos padrões que vivenciaram na juventude e vida adulta. Estas dificuldades têm requerido ajuda especializada (Argenti & Romanelli, 1999 e Biasoli-Alves, 1994).

A liberdade é fundamental para o desenvolvimento da criança, ou seja, a permissão para que a mesma experiencie novos comportamentos, explore seu ambiente, interaja com outras crianças. Por outro lado, é muito importante estabelecer restrições ou limites para as ações das crianças, como por exemplo: a) as que colocam em risco a sua própria segurança; b) as que colocam em risco a segurança de outras pessoas; c) as que causam danos materiais a objetos de terceiros, incluindo os familiares; d) os que causam danos materiais a objetos próprios. Para tanto,

os pais precisam desenvolver algumas habilidades a fim de conseguir estabelecer limites, tais como, aprender a dizer não, resistir às pressões dos filhos e por outro lado, elogiar comportamentos adequados, sendo consistentes nas práticas educativas.

Os pais tendem a ser não contingentes no uso de reforçamento positivo para comportamentos pró-sociais e punições efetivas para comportamentos desviantes, levando ao fortalecimento de comportamentos coercitivos que são utilizados pela criança, possivelmente, para “sobreviver” no sistema social aversivo. Por outro lado, os comportamentos pró-sociais da criança são freqüentemente ignorados ou respondidos de forma inapropriada, não sendo reforçados ou até mesmo punidos, pelos pais.

Muitos psicólogos e educadores alertam para perigos quanto ao uso de punições no controle comportamental. Por exemplo, para Skinner (1993) a punição enquanto técnica educativa é questionável, pois a longo prazo traz desvantagens tanto para o indivíduo punido como para o punidor, gerando emoções negativas e predisposições para fugir ou revidar. Sidman (1995) afirma que os pais interagem mais com seus filhos nos momentos de corrigir ou criticar e, conseqüentemente, a família está expondo o modelo coercitivo às suas crianças, que aprendem a utilizá-lo sempre que desejam que os outros façam o que querem.

Como visto, as crianças não vão passar a se comportar adequadamente (desejo dos pais) através do uso de coerção. A aquisição de “bons” comportamentos deve ocorrer diante do uso de reforçamento positivo. O uso de punições, como os pesquisadores afirmam, além de não resolver os problemas de comportamento, leva à ressentimentos e ao afastamento das crianças de seus pais, comprometendo o relacionamento de amizade e cooperação que deveria ocorrer, além de favorecer o surgimento de problemas na vida adulta e mesmo infantil, tais como baixa autoestima, autoconfiança prejudicada e pouca flexibilidade comportamental diante das dificuldades encontradas no cotidiano.

Alguns estudos (Brioso & Sarrià, 1995; Webster-Stratton, 1997 e Conte, 1997) indicam que quando os pais usam estratégias de controle não punitivas, favorecem a aquisição e internalização de normas, autocontrole e há menor probabilidade de surgimento de comportamentos agressivos. Desta forma, torna-se imprescindível que os pais alterem suas práticas educativas a fim de promoverem repertório socialmente adequado em seus filhos.

O bom relacionamento entre os membros familiares envolve equilíbrio de reforçadores, valores, respeito, expressão de sentimentos, opiniões, cooperação e amizade. Equilíbrio de reforçadores é definido por Del Prette, Del Prette e Branco (1992) como condição indispensável para a existência de competência social, pois para haver competência, o indivíduo precisa comportar-se em relação a seu interlocutor, equilibrando reforçadores ou, pelo menos, garantindo os direitos humanos básicos.

Os programas para pais (Becker, 1974; Webster-Stratton, 1985; Calvert & McMahon, 1987; Webster-Stratton, 1989 e McMahon, 1996) são, em sua maioria, remediativos e voltam-se à resolução de problemas referentes aos filhos, tais como

desobediência, agressividade e desatenção. Deixam de fazer referência a formas de educar e de se relacionar com os filhos, antes do surgimento destas dificuldades, de forma a auxiliar os pais a preveni-las. Muitos autores, no campo da intervenção precoce, (por exemplo Bricker & Casuso, 1979; Bailey, Palsha & Simeonsson, 1991; Dunst, Johanson, Trivette & Hamby, 1991; Thompson, Herman, Jurkiewicz & Hulleza, 1997 e Blair & Ramey, 1997) também apontam a necessidade do envolvimento familiar no tratamento de dificuldades da criança. Para este grupo de pesquisadores, as intervenções devem ser centradas na família, de forma que a mesma assuma um papel ativo na prevenção e remediação de dificuldades da criança.

Com esta preocupação, Silva, Del Prette e Del Prette (2000) avaliaram a efetividade de um programa para pais de natureza preventiva, tendo por participantes quatro casais de funcionários de uma universidade pública, com filhos que constituíam famílias nucleares intactas, sem queixas clínicas. O programa mostrou-se efetivo em desenvolver habilidades essenciais para promover um relacionamento positivo entre pais e filhos e uma educação efetiva, tais como realizar leitura ambiental, consequenciar positivamente comportamentos adequados dos filhos e expressar sentimentos positivos de afeto e carinho. No entanto, os pais relataram a persistência de dificuldades em deixar o uso de punições e em expressar adequadamente sentimentos negativos, mas relataram ter consciência de tais dificuldades e estarão esforçando-se em superá-las. Este estudo alertou para a importância de pesquisas desta natureza, no contexto brasileiro, para um melhor entendimento das práticas educativas e das relações entre os comportamentos dos pais e dos filhos.

O treinamento em habilidades sociais (THS) é uma forma promissora de oferecer aos pais o suporte de que precisam. O estudo do campo teórico-prático do THS é importante, segundo Caballo (1997), porque os seres humanos passam a maior parte de seu tempo engajados em alguma forma de comunicação interpessoal e ao comportarem-se de maneira socialmente competentes são capazes de promover interações sociais satisfatórias em vários contextos. É importante estudar a criança com problema de comportamento dentro do seu ambiente familiar, cujo distúrbio pode ser função de *déficits* de comportamentos próprios e/ou de seus pais. Por exemplo, os pais podem estar ensinando seus filhos a agir coercitivamente e a não apresentar variabilidade comportamental.

Segundo Del Prette e Del Prette (1999), a infância é um período crítico para a aprendizagem de HS, à medida que os pais tanto modelam quanto fornecem instruções específicas para tais comportamentos. Falhas na aprendizagem do comportamento social, para os autores acima, podem ocorrer devido à vários fatores, entre eles: a) relações familiares pobres, com pais agressivos ou pouco empáticos, fornecendo modelos inadequados de interações; b) práticas educativas que favorecem dependência e obediência, ao mesmo tempo que restringem ou punem iniciativas de comportamentos sociais da criança.

O conhecimento do campo do THS ajuda a compreender vários aspectos da relação pais-filhos e das práticas educativas, entre eles: a) a relação entre desem-

penho interpessoal e cognições; b) a interferência da forma de compreensão dos próprios papéis na manutenção de relações positivas entre pais e filhos; c) a importância da assertividade para a manutenção de diálogos e resolução de problemas de forma positiva e efetiva; d) a auto-observação dos modelos de interação e as relações estabelecidas entre os membros da família; e) a aprendizagem da leitura do ambiente social no favorecimento de percepção adequada do mesmo e f) a identificação da expressão de sentimentos positivos na formação de autoconceito satisfatório da criança.

O estudo de habilidades sociais educativas (HSE) de pais é importante para o entendimento de quais habilidades precisariam ser instaladas ou fortalecidas no repertório dos pais com filhos com indicativos de problemas de comportamento, tais como agressividade, hiperatividade, timidez etc. Enquanto pára-profissionais, esses pais poderiam reduzir, ou mesmo eliminar, os comportamentos tidos como inadequados em seus filhos. Ao mesmo tempo, é importante conhecer quais são os comportamentos parentais que favorecem o surgimento e manutenção de comportamentos considerados inadequados, de forma a verificar quais comportamentos parentais poderiam ser reduzidos em frequência e quais deveriam ser fortalecidos ou instalados, para a melhoria do relacionamento familiar e possível redução de problemas de comportamento das crianças.

Este trabalho busca responder as seguintes questões: a) quais habilidades dos pais podem estar relacionadas aos comportamentos socialmente adequados e aos problemas de comportamento dos filhos?; b) quais *déficits* de habilidades dos pais podem estar relacionados aos possíveis comportamentos socialmente adequados e aos problemas de comportamento dos filhos?; c) quais habilidades os pais precisariam adquirir para prevenir e/ou remediar problemas de comportamento?; e d) quais são os comportamentos socialmente adequados e inadequados das crianças indicadas como tendo comportamentos socialmente adequados (ICSA) e indicativos de problemas de comportamento (IPC)? Conseqüentemente, a investigação tem por objetivo comparar características de relacionamento entre pais e filhos de duas amostras: pais que possuem filhos com indicação escolar de problemas de comportamento (IPC) e pais que possuem filhos sem indicação escolar de problemas de comportamento (ICSA).

MÉTODO

PARTICIPANTES

Participaram deste estudo 60 pais/cuidadores de crianças na faixa etária de seis anos, matriculadas em seis Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIS) da cidade de São Carlos.

A amostra foi composta por dois Grupos: a) pais de crianças com indicação escolar de problemas de comportamento (IPC) e b) pais de crianças com indicação

escolar de comportamentos socialmente adequados (ICSA).

O Grupo IPC possuía 87% de mães, 7% de pais, 3% de avós e 3% de tias. Já no Grupo ICSA 74% da amostra foi constituída por mães, 23% por pais e 3% por avós. A idade média do Grupo IPC era de 34,2 anos e do Grupo ICSA, de 31 anos.

INSTRUMENTO

Para a coleta dos dados foi elaborado um questionário, partindo de dados obtidos em Silva (1997). O questionário aborda questões sobre relacionamento entre pais e filhos e sobre o repertório comportamental dos filhos, desde comportamentos socialmente adequados até indicativos de problema de comportamento, finalizando com dados demográficos.

As categorias comportamentais indicativas de problema de comportamento foram incluídas no instrumento conforme os manuais da CID-10 e DSM IV. Alguns comportamentos apontados pelos manuais foram desconsiderados neste trabalho, por serem comportamentos que se acredita não estarem presentes para a idade de 6 anos, como por exemplo, comportamentos envolvendo delinquência grupal e transgressões no contexto de membros de gangue, geralmente observáveis em adolescentes, raramente em crianças com 6 anos de idade.

PROCEDIMENTO

A amostra foi composta por pais/cuidadores de alunos de seis EMEIS (Escolas Municipais de Educação Infantil) de São Carlos, distribuídas geograficamente em pontos centrais e periféricos da cidade. As escolas escolhidas correspondem à 27,27% do total das EMEIS e foram selecionadas traçando-se, no mapa da cidade, duas linhas imaginárias, em forma de cruz, tendo o ponto central como referência. Verificando-se que as quatro partes eram razoavelmente equivalentes em área geográfica e em número de escolas, escolheu-se aquelas que contemplavam as quatro áreas, evitando-se incluir as geograficamente próximas entre si.

Em seguida, visitaram-se as escolas solicitando a colaboração dos professores, que assinaram a uma carta de aceitação de participação da pesquisa, na indicação de alunos com: a) mais indicativos de problema de comportamento (IPC); e b) mais indicativos de comportamentos socialmente adequados (ICSA). Além disso, solicitou-se que o(a) professor(a) respondesse, para as crianças IPC, a um instrumento que consistia de uma lista de comportamentos apontados pelos manuais CID-10 e DSM IV, como sendo indicadores de problemas de comportamento. Para as crianças ICSA os professores foram solicitados a responder a um outro instrumento, o qual consistia de uma lista de comportamentos apontados pela bibliografia (Del Prette, Del Prette & Barreto, 1998; McClellan & Katz, 1996), como sendo indicadores de comportamentos socialmente adequados.

Os professores foram orientados quanto à necessidade de sigilo sobre suas indicações. Solicitou-se que eles convidassem os pais/cuidadores para participarem de uma pesquisa sobre relacionamento entre pais e filhos, na escola, em horá-

rio previamente marcado. Desta forma, a coleta de dados nas escolas consistiu em encontro, em geral nos refeitórios, com 60 pais/cuidadores, num total de 30 pais de alunos IPC e de 30 ICSA, onde foram explicitados os objetivos do trabalho e solicitada a colaboração. A aplicação do questionário foi coletiva e os participantes utilizaram em torno de 15 minutos para o término da atividade.

Os dados foram analisados quantitativamente e organizados em tabelas. Foram realizadas análises estatísticas considerando o Modelo Multinomial, com o objetivo de verificar diferenças entre os Grupos IPC e ICSA quanto aos relatos dos pais acerca do próprio repertório comportamental e dos filhos.

RESULTADOS

Na apresentação dos resultados optou-se pela denominação Grupo ou participantes ou pais IPC e Grupo ou participantes ou pais ICSA para identificar, respectivamente, os pais de filhos com indicação escolar de problema de comportamento e os pais de filhos com indicação escolar de comportamentos socialmente adequados.

Esta sessão está organizada da seguinte forma: a) dados demográficos; b) relatos dos pais sobre o repertório comportamental de suas crianças e c) relato dos pais sobre suas habilidades sociais educativas na interação com os filhos.

DADOS DEMOGRÁFICOS

A maioria dos respondentes do Grupo IPC (87%) e do Grupo ICSA (74%) era constituída por mães. No entanto, no Grupo ICSA a amostra possuía 23% de pais e em IPC, somente 7%, indicando que o Grupo ICSA possuía um número maior de progenitores masculinos que levavam seus filhos à escola, já que a coleta ocorreu em horário de entrada ou saída da escola. A maioria dos respondentes IPC possuem dois (31%) ou três (31%) filhos, já a maioria (59%) do Grupo ICSA possuem dois filhos, indicando que em IPC há um maior número de filhos que em ICSA. Quanto à distribuição por sexo, há maiores diferenças entre os Grupos IPC e ICSA, pois 27% das crianças indicadas como apresentando indicadores de problemas de comportamento eram meninas e 73%, meninos. Ao contrário, 67% das crianças indicadas como tendo indicadores de comportamentos socialmente adequados eram meninas e 33%, meninos.

Quanto ao grau de instrução dos participantes, os resultados mostraram que o Grupo IPC, em sua maioria (36,6%), possui 1º. grau incompleto, já a maioria do Grupo ICSA (36,6%) apresenta 2º. grau completo, apontando que ICSA é ligeiramente mais instruído que IPC.

A maior parte dos respondentes, de ambos Grupos, são casados, sendo 59,8% para IPC e 86,6% para ICSA, havendo um número maior de respondentes casados no Grupo ICSA. De forma semelhante, a minoria do Grupo IPC possui emprego (29,9%), ao contrário, o Grupo ICSA, em sua maioria (53,2%), está empregado.

Com relação à renda familiar, o Grupo ICSA possui renda superior ao IPC, pois

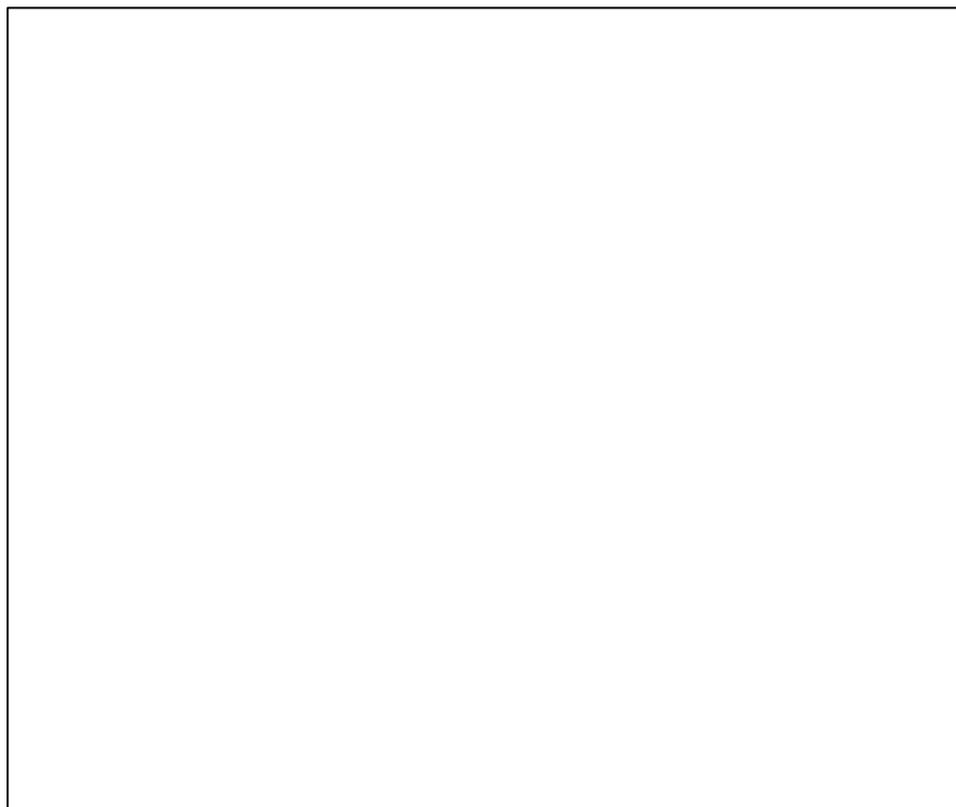
apesar de praticamente a mesma porcentagem de participantes apresentarem renda entre R\$ 100,00 e R\$ 500,00 ou entre R\$ 600,00 e R\$ 1000,00, no Grupo ICSA 36,4% dos participantes possuíam renda superior a R\$ 1000,00, podendo chegar a R\$ 5000,00, o que não foi observado no Grupo IPC.

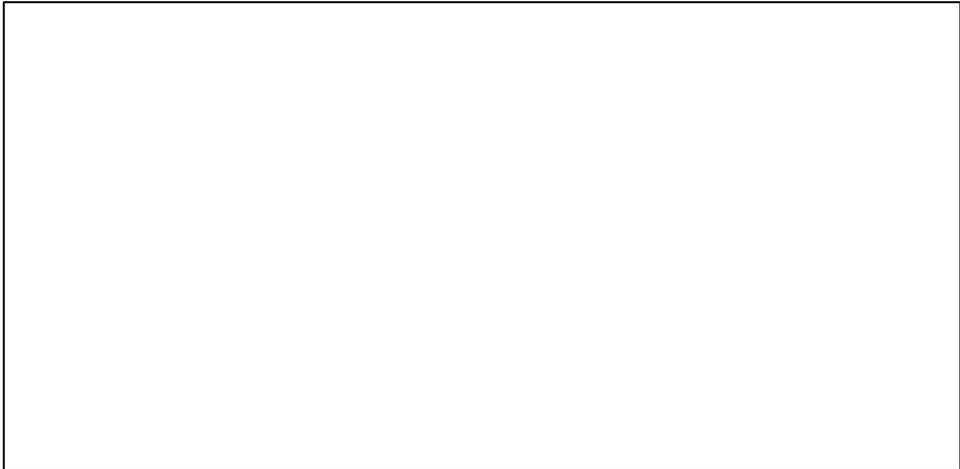
Os resultados referentes aos dados demográficos permitem concluir que o Grupo ICSA foi composto por número maior de famílias nucleares padrão que o IPC, pois possuíam um número menor de filhos, mais cônjuges morando juntos, maior nível instrucional, maior número de empregados e também maior renda familiar.

RELATOS DOS PAIS SOBRE O REPERTÓRIO COMPORTAMENTAL DE SUAS CRIANÇAS

A Tabela 1 apresenta a avaliação dos pais IPC e ICSA sobre cada um dos comportamentos investigados em relação aos filhos.

Tabela 1. Avaliação dos pais sobre o repertório comportamental dos filhos IPC e ICSA.





^(NS): Não há diferenças entre os Grupos

^(*): Há diferenças significativas a 10% ($p < 0,10$)

^(**): Há diferenças significativas a 5% ($p < 0,05$)

Observando a Tabela 1, verifica-se que quase a metade dos itens (17 em 38), próprios do desempenho social, apresentaram-se com diferenças estatisticamente significativas entre os Grupos, destacando a classe “Dificuldade para sociabilidade”, em que apenas dois dos 12 itens, não apresentaram diferenças.

As subclasses *ficar retraído* e *apresentar dificuldade para fazer amizades* da classe “Dificuldade para sociabilidade” apresentaram diferença estatisticamente significativa, sendo consideradas, pelo manual da CID-10, como indicativas de problemas de comportamento. A subclasse *cumprimentar pessoas* (“Disponibilidade social e cooperação”) apresentou diferença em favor do Grupo ICSA, ou seja, no Grupo IPC observa-se dificuldade em cumprimentar pessoas.

As subclasses *manifestar inquietude* e *apresentar impulsividade* também diferenciaram os Grupos e são consideradas, pelos manuais da CID-10 e DSM-IV, como indicativas de problemas de comportamento.

Ao analisar, de forma global, os itens indicativos de problemas de comportamento percebe-se que 13 dos 18 itens avaliados apresentaram freqüências significativamente superiores para o Grupo IPC, mostrando que os pais deste Grupo atribuem um número maior de indicativos de problemas de comportamento a seus filhos.

Chama atenção os itens *manifestar medo* e *manifestar desatenção*, que aparecem com freqüência bastante alta para ambos Grupos. Os dados mostram que o medo é percebido por mais de 50% dos pais IPC e ICSA ao avaliarem seus filhos e

50% dos pais IPC e 33,3% dos ICSA observaram comportamentos de desatenção em seus filhos.

Quanto às classes de comportamentos socialmente adequados (“Disponibilidade social e cooperação”, “Expressão de sentimentos e enfrentamento”, “Interação social positiva”), foram encontradas diferenças. Percebe-se que seis itens de um total de 20 comportamentos socialmente adequados são significativamente superiores para o Grupo ICSA (*expressar direitos e necessidades, comunica-se com as pessoas de forma positiva, fazer pedidos, oferecimento de ajuda, cumprimentar pessoas e tomar iniciativa*), apontando uma diferença entre os Grupos a favor das crianças ICSA. Destes itens, os comportamentos que foram muito mais freqüentes para ICSA ($p < 0,05$) que para IPC foram *oferecimento de ajuda e cumprimentar pessoas*.

Os resultados mostraram que as crianças de ambos Grupos apresentaram repertório socialmente adequado, porém, as crianças IPC possuíram maiores indicativos de problemas de comportamento.

RELATO DOS PAIS SOBRE SUAS HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS NA INTERAÇÃO COM OS FILHOS

A maioria das habilidades sociais educativas (HSE) investigadas não apresentou diferenças estatisticamente significativas entre os Grupos IPC e ICSA, como é o caso de *manter diálogo, fazer perguntas, expressar sentimentos e opiniões, cumprir promessas, colocar limites e entendimento conjugal quanto a educação dos filhos*. No entanto, os dados indicam diferenças estatísticas para as habilidades sociais de *identificar comportamentos positivos dos filhos e auto-avaliação de práticas educativas inadequadas*.

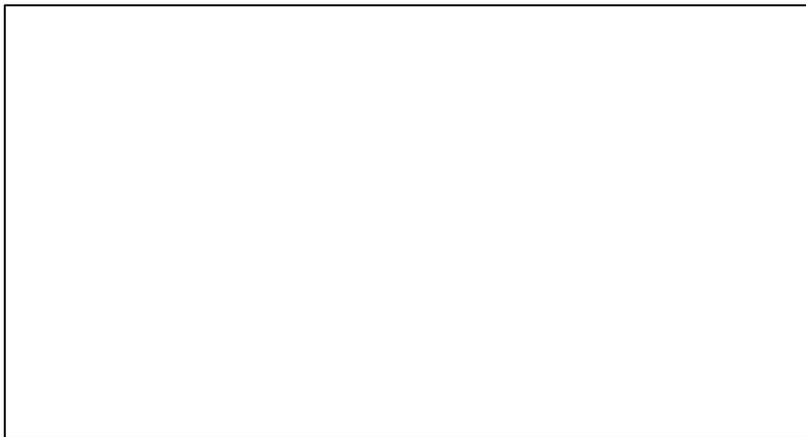
Tanto os pais IPC como os ICSA parecem ter facilidade em manter diálogo com os filhos, fazer perguntas e expressar opiniões e mais dificuldades em expressar sentimentos e cumprir promessas, pois aproximadamente metade (46,6%) de ambos Grupos relataram apresentar às vezes tais HSE, na interação com os filhos.

De forma semelhante, ambos Grupos de pais expressavam sentimentos a seus filhos. Ao analisar as freqüências de respostas percebe-se que o Grupo ICSA expressava sentimentos negativos com menor freqüência que IPC (26% para IPC e 10% para ICSA), sugerindo uma interação pais-filhos mais positiva para ICSA. A grande maioria (93,3%) de ambos Grupos de pais consideravam igualmente importante colocar limites para o comportamento dos filhos.

Já, pela Tabela 2, verifica-se que as avaliações dos pais IPC e ICSA quanto ao repertório positivo dos filhos apresentou diferenças estatisticamente significativas a favor do Grupo ICSA ($p = 0,009823$).

Tabela 2. Comparação entre as avaliações dos pais quanto aos comportamen-

tos positivos dos filhos IPC e ICSA e entre as auto-avaliações dos pais sobre seus comportamentos em relação aos filhos IPC e ICSA.



Em relação a questão “você já agiu errado com seu filho” a Tabela 2 mostra que os Grupos de pais responderam de forma significativamente diferentes ($p = 0,085192$). Porém, quando questionados sobre o que faziam nestas situações, os Grupos não diferiram significativamente nas respostas ($p = 0,136641$).

Os resultados mostram que o Grupo IPC percebe que age errado com os filhos em maior medida que o ICSA. Entretanto, parece que ambos Grupos apresentam dificuldades em pedir desculpas, que seria a HSE mais adequada frente ao reconhecimento do próprio erro.

DISCUSSÃO

Os dados são discutidos na ordem apresentada na sessão de resultados: dados demográficos, relatos dos pais sobre os comportamentos dos filhos e relato dos pais sobre suas próprias habilidades sociais educativas. Em seguida são tecidas algumas discussões buscando relacionar estes conjuntos de dados, para então finalizar com contribuições do trabalho e possibilidades de pesquisas futuras.

Com base nos dados demográficos, verifica-se que o relato de problemas de comportamento foi mais freqüente para meninos que para meninas, concordando com manuais da CID-10 e DSM-IV. Interessante notar que em IPC houve alto número de não respostas (13,5%), o que pode sugerir constrangimentos em relatar a baixa renda familiar ou então dificuldades em compreender a questão, devido ao baixo nível instrucional do Grupo. Além disso, um número maior de progenitores masculinos ICSA, ao comparar com os IPC, responderam ao instrumento, sugerindo que no Grupo ICSA pode ocorrer maior divisão de tarefas e participação do proge-

nitor masculino na prática educativa dos filhos.

Como visto, em dados demográficos, parece que o Grupo IPC apresenta um menor número de famílias nucleares padrão, o que também concorda com os manuais da CID-10 e DSM-IV, os quais apontam que o nível sócio-econômico e instrucional das famílias interferem no surgimento de problemas de comportamento. No Grupo IPC, além de haver menor renda, a família tem que sustentar um número maior de filhos, indicando mais estressores neste Grupo do que no outro, concordando com Webster-Stratton (1997) quando afirma que estressores, como baixa renda familiar e número excessivo de filhos, prejudicam o relacionamento pais-filhos, favorecendo o surgimento de comportamentos considerados inadequados às crianças.

Quanto ao relato dos pais sobre os comportamentos dos filhos, verifica-se que comportamentos indicativos de agressividade foram mais freqüentes para o Grupo IPC, permitindo levantar a hipótese de que os pais poderiam estar sendo modelos de agressividade para as crianças, provavelmente em função de práticas educativas punitivas. Os pais, frente a agressividade dos filhos, freqüentemente dão atenção a esses comportamentos, mesmo utilizando a punição e assim acabam inadvertidamente reforçando a emissão destes comportamentos. Sidman (1995) afirma que os pais interagem com seus filhos mais freqüentemente nos momentos de repreender e brigar e, conseqüentemente, como a atenção dos pais é essencial aos filhos, estes acabam comportando-se agressivamente, primeiro por ser a única forma que aprenderam a interagir com as pessoas e segundo, por obterem, por meio da agressividade, a atenção dos pais.

Quando interagem com seus filhos de forma punitiva, os pais podem levá-los, como coloca Skinner (1993/1953), a fazer "qualquer coisa" para fugir das punições, por exemplo *ficar retraído* por medo de comportarem-se e serem punidos ou, então, *mentir* para evitar que os pais os punam. Sem pretender, os pais estão ensinando e mantendo comportamentos considerados inadequados e prejudiciais ao desenvolvimento da criança, além de facilitar a baixa auto-estima, a ansiedade e outras respostas emocionais resultantes da prática coercitiva. Ao contrário, quando os pais são socialmente habilidosos em suas práticas educativas, priorizando o afeto, dando atenção a seus filhos quando comportam-se adequadamente, estão sendo modelos adequados, além de estarem promovendo, em suas crianças, comportamentos pró-sociais.

Outra habilidade social que apresentou diferença entre os Grupos foi o *cumprimentar pessoas*, neste caso em favor do Grupo ICSA. No campo teórico-prático do treinamento em habilidades sociais, a habilidade de cumprimentar é vista como essencial para iniciar e manter interações sociais. Desta forma, é possível inferir que o Grupo IPC apresenta maior dificuldade em iniciar e manter relacionamentos interpessoais satisfatórios em função do retraimento excessivo, da dificuldade para cumprimentar pessoas e da dificuldade em fazer e/ou manter amizades. Estes dados parecem concordar com Del Prette e Del Prette (1999) quando afirmam que crianças tímidas

também apresentam grande dificuldade para iniciarem interações, mesmo com colegas, além de tenderem a agir agressivamente frente a algum contato dos pares. Os autores colocam ainda que o isolamento das crianças tímidas cria um ciclo vicioso, ampliando ainda mais suas dificuldades de interação e isolamento.

Romero (1995) observou que crianças com problemas de comportamento e com dificuldades de aprendizagem são vistas negativamente pelos professores, os quais lidam com elas de forma mais punitiva que com os demais alunos. Em outras palavras, a criança que já apresenta, em casa, comportamentos inadequados, mantidos por uma prática punitiva, ao chegar à escola pode também ser punida, prejudicando ainda mais sua auto-estima e autoconfiança. Além disso, crianças tímidas, retraídas, podem apresentar maiores dificuldades para interagir e fazer perguntas, mantendo dúvidas que podem levá-las a apresentar dificuldades de aprendizagem. A dificuldade da criança em iniciar e manter amizades pode prejudicar seu desempenho social, em geral, podendo considerar-se pouco amada ou querida pelas pessoas e tornar-se solitária.

Interessante notar que os itens *manifestar medo* e *manifestar desatenção*, que aparecem com frequência bastante alta para ambos Grupos e são considerados, pelos manuais da CID-10 e DSM-IV, como indicativos de problemas de comportamento, podem servir como alerta para a possibilidade de crianças tidas como socialmente adequadas, passarem a desenvolver algum tipo de problema de comportamento. Como afirma Webster-Stratton (1997), as crianças podem tanto apresentar problemas de comportamento na infância, como podem manifestá-los somente na adolescência, desta forma, estas crianças ICSA que apresentaram algum indicativo de problema de comportamento, se os pais não alterarem algumas práticas educativas, podem vir a desenvolverem comportamentos considerados inadequados na adolescência.

Quanto às HSE dos pais, os dados sugerem diferenças e algumas semelhanças entre os Grupos, as quais são discutidas a seguir.

Os resultados mostram que o Grupo IPC percebe que age errado com os filhos em maior medida que o ICSA, o que pode ser função de maior uso de práticas punitivas no Grupo IPC, as quais podem levar a sentimentos de arrependimento e culpa. Entretanto, parece que ambos Grupos apresentam dificuldades em pedir desculpas, que seria a HSE mais adequada frente ao reconhecimento do próprio erro. Diante disto, tem-se a hipótese de que os pais evitam pedir desculpas aos filhos por temerem perder o respeito deles, no entanto, ao contrário, estão privando-os de modelos socialmente adequados: ao desculparem-se estão ensinando aos filhos a importância de reconhecer os próprios erros e de desculparem-se, favorecendo um equilíbrio de reforçadores (Del Prette, Del Prette & Branco, 1992) e uma possível interação mais satisfatória.

Outra diferença entre os Grupos foi a de identificar aspectos gratificantes do repertório dos filhos, à favor do Grupo ICSA, o que pode ser relevante para a promo-

ção de relacionamentos positivos entre pais e filhos e educação efetiva. Por outro lado, como apontam alguns autores (por exemplo, Patterson, DeBaryshe e Ramsey, 1989; Brioso e Sarrià, 1995; Conte, 1997; Kaiser e Hester, 1997; Kaplan, Sadock e Grebb, 1997 e Webster-Stratton, 1997) quando os filhos não conseguem a atenção dos pais comportando-se adequadamente, aumenta a probabilidade de que emitam comportamentos tidos como inadequados, obtendo assim a atenção de seus pais, o que pode explicar a indicação das crianças IPC, pelas professoras, como tendo um maior número de comportamentos inadequados.

Ao comparar o relato dos pais IPC e ICSA sobre si mesmos e sobre os filhos é possível levantar algumas hipóteses: a) como há consenso entre os autores da área (por exemplo Patterson, DeBaryshe & Ramsey, 1989; Brioso & Sarrià, 1995; CID-10, 1993; Conte, 1997; Kaiser & Hester, 1997; Kaplan, Sadock & Grebb, 1997 e Webster-Stratton, 1997) que comportamentos inadequados dos filhos são função de práticas educativas inadequadas dos pais e como os resultados mostraram vários itens com diferenças significativas para os comportamentos dos filhos e, ao contrário, os pais de ambos Grupos avaliaram-se muito positivamente, mostrando-se socialmente adequados em quase todas HSE investigadas, é possível que os pais tenham mais facilidade para avaliarem seus filhos do que a si próprios, indicando dificuldades de auto-observação e discriminação do próprio repertório comportamental e b) como as crianças IPC possuem vários comportamentos indicativos de problemas de comportamento, manifestando agressividade nas interações com os pais e como estes relataram agir várias vezes de forma "errada" com seus filhos é possível que utilizem práticas coercitivas, favorecendo a reprodução do modelo de agressividade. Inclusive as crianças IPC foram avaliadas como apresentando maior número de indicadores de problemas de comportamento, especialmente *manifestar hostilidade, ficar retraído, destruir objetos, demonstrar irritação, desafiar regras, manifestar inquietude e mentir*.

É possível concluir que os Grupos IPC e ICSA foram semelhantes em alguns aspectos: a) ambos Grupos de pais consideravam importante colocar limites, fazer perguntas, expressar opiniões e cumprir promessas e b) as crianças IPC e ICSA foram avaliadas como apresentando muitos comportamentos socialmente adequados, embora mais freqüentes para ICSA, cujos relatos indicaram que eram mais carinhosas, expressavam mais adequadamente sentimentos de desagrado, tomavam mais iniciativas e expressavam mais desejos e preferências.

O fato de as crianças IPC e ICSA terem apresentado grande número de comportamentos socialmente adequados, sugere a importância de alertar pais e professores sobre a necessidade de aproveitarem mais educativamente tal repertório, de modo a torná-lo mais funcional para a aprendizagem acadêmica e para a redução de comportamentos considerados inadequados. Estas colocações refletem a importância de pesquisas de caracterização de práticas educativas, pois os dados possibilitam conhecer as dificuldades dos pais e o repertório das crianças em um estágio pré-alfabetização, podendo ser utilizados na pré-escola para prevenir possíveis pro-

blemas ligados a aprendizagem e à adaptação da criança (Del Prette, Del Prette, Torres & Pontes, 1998; Silva, 1997).

Problemas de comportamento podem ser impeditivos de aquisição de habilidades sociais, pois, como afirma Pacheco e Gomes (1999), o comportamento agressivo pode ocorrer em função da ausência de alternativas no repertório comportamental do indivíduo. Desta forma, torna-se imprescindível intervenções com pais, especialmente os do Grupo IPC, já que ao mudarem a prática educativa poderiam reduzir ou mesmo eliminar comportamentos inadequados nos filhos.

A questão do estabelecimento de limites é colocada, pelos respondentes deste estudo, como importante à prática educativa, porém, faltam pesquisas que esclareçam o que as pessoas compreendem como limites. Assim, poderia-se comparar relatos de pais e mães, de pais e professores quanto à concepção de limites e conseqüentemente ajudar no entendimento das práticas educativas.

O presente trabalho pôde contribuir para um melhor entendimento das práticas educativas de dois Grupos de pais (os de filhos com indicativos de problemas de comportamento e os de filhos socialmente adequados), à medida em que obteve informações relevantes sobre as interações estabelecidas, tanto de pais com filhos com indicativos de problemas de comportamentos, como os de filhos com comportamentos socialmente adequados. Entretanto, os dados obtidos nesta pesquisa referem-se somente as interações estabelecidas entre pais e filhos. Para um melhor entendimento dos comportamentos da criança seria necessário investigar às interações estabelecidas com colegas, com professores e outras pessoas de sua convivência, pois os ambientes escolar e de amizades também influenciam diretamente o repertório comportamental da mesma. Pesquisas de relato, como esta, deveriam também ser complementadas, tanto quanto possível, com dados de observação direta.

Esta pesquisa sobre HSE possibilitou a elaboração e aplicação de instrumento de coleta de dados, que pode ser útil para estudos sobre práticas educativas e relacionamentos pais-filhos. Na literatura brasileira há ainda carência de instrumentos que possam trazer informações para o entendimento de relações estabelecidas nas práticas educativas e interações pais-filhos. Desta forma, o instrumento pode ser levado em conta em outros estudos, com as mesmas características deste, e de pesquisa-intervenção, verificando-se sua aplicabilidade mesmo em avaliações pré e pós-intervenção.

Este trabalho sugere ainda que há outras lacunas a serem preenchidas por estudos futuros: a) levantamento e análise em contextos distintos e com maior número de participantes, para verificar concordâncias e/ou discordâncias dos resultados encontrados, além de poder testar validade e fidedignidade do instrumento; b) acompanhamento das famílias para definir intervenções padrões, de acordo com características de populações específicas; c) intervenções para pais, com intuito de auxiliá-los na educação dos filhos, em especial daqueles com indicações de problemas de comportamento; d) análises longitudinais sobre o desenvolvimento da crian-

ça, pois as práticas educativas podem interferir diretamente no desenvolvimento físico, social e cognitivo dos filhos; e) verificação das HSE de pais e HSE de mães, que podem ser distintas na prática educativa dos filhos; f) levantamento e intervenções com casais separados, para verificar se as HSE dos pais e a prática educativa são semelhantes ou diferentes das encontradas na presente pesquisa e g) intervenção com professores para conhecer quais habilidades, próprias da prática do professor, estão promovendo e/ou mantendo comportamentos socialmente adequados e inadequados em seus alunos. Estas intervenções com professores podem reduzir *déficits* interpessoais e aumentar HSE, evitando tanto o surgimento de comportamentos considerados inadequados nas crianças, como prevenindo que sejam encaminhadas à educação especial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGENTI, M. C.; ROMANELLI, G (1999).Um estudo das representações sociais da família e da escola no processo educativo da criança. In: REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA, 29., 1999, São Paulo. *Resumos*. Ribeirão Preto, SBP, p. 287.
- BAILEY, D. B.; PALSHA, S. A.; SIMEONSSON, R. J. (1991). Professional skills, concerns, and perceived importance of work with families in early intervention. *Exceptional Children*, v. 58, p. 156-165.
- BECKER, W. C. (1974). *Os pais são também professores*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitárias Ltda.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M.(1994). *Família-socialização-desenvolvimento*. Ribeirão Preto. Tese (Livre Docência). Universidade de São Paulo.
- BLAIR, C.; RAMEY, C. T.(1997). Early intervention for low-birth-weight infants and the path to second-generation research. In: GURALNICK, M. J. (Org.) *The effectiveness of early intervention*. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co., p. 77-97.
- BRASIL 1994. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto (MEC).
- BRICKER, D.; CASUSO, V. (1976). Family involvement: A critical of early intervention. *Excepcional Children*, v. 46, p. 108-116.

- BRIOSO, A.; SARRIÀ, E. (1995). Distúrbios de comportamento. In: COLL, PALACIOS, C. J.; MARCHESI, A. (Orgs.) *Desenvolvimento psicológico e educação: Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 157-168.
- CABALLO, V. E. (1991). El entrenamiento en habilidades sociales. In: CABALLO, V. E. (Org.) *Terapia y modificacion de conducta*. Madri: Siglo Veintiuno, p. 403-443.
- _____ (1997) El papel de las habilidades sociales en el desarrollo de las relaciones interpersonales. In: ZAMIGNANI, D. R. (Org.) *Sobre comportamiento e cognição*. São Paulo: ARBytes Editora, p. 229-233.
- CALVERT, S. C.; MCMAHON, R. J. (1987). The treatment acceptability of a behavioral parent training program and its components. *Behavior Therapy*, v. 2, p. 165-179.
- CID-10. *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas* (1993). Porto Alegre: Artes Médicas.
- CONTE, F. C. (1997). Promovendo a relação entre pais e filhos. In: DELITTI, M. (Org.) *Sobre comportamento e cognição*. Santo André: Arbytes Editora, p. 165-173.
- DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P.; BRANCO, U. V. C. (1992). Competência social na formação do psicólogo. *Paidéia, FFCLRP*, v. 2, p. 40-50.
- DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, (1999). A. *Psicologia das Habilidades Sociais: Terapia e educação*. Petrópolis: Vozes.
- DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A.; BARRETO, M. C. M. (1998). Propriedades psicométricas do IHS: Análise de itens e da estrutura fatorial. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 14, n. 3, p. 219-228.
- DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A.; TORRES, A. C; PONTES, A. C. (1998) Efeitos de um programa de intervenção sobre aspectos topográficos das habilidades sociais de professores. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 2, n. 1, p. 11-22.
- DUNST, C. J.; JOHANSON, C.; TRIVETTE, C. M.; HAMBY, D. (1991). Family-oriented early intervention policies and practices: Family-centered or not? *Excepção*

nal Children, v. 58, p. 115-125.

- INGBERMAN, Y. K. (1997). Terapia comportamental com famílias. In: DELITTI, M. (Org.) *Sobre comportamento e cognição*. São Paulo: ARBytes Editora, p. 230-236.
- KAISER, A. P.; HESTER, P. P. (1997). Prevention of conduct disorder through early intervention: A social-communicative perspective. *Behavioral Disorders*, v. 22, n. 3, p. 117-130.
- KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. (1997). *Compêndio de psiquiatria: Ciências do comportamento e psiquiatria clínica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 7ª edição.
- MCCLELLAN, D. E.; KATZ, L. G. (1996). El desarrollo social de los niños: Una lista de cotejo. *ERIC: Clearinghouse on Elementary and Early Childhood Education*.
- McMAHON, R. J. Treinamento de pais. In: CABALLO, V. E. (Org.) (1996). *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento*. São Paulo: Livraria Editora Santos, p. 397-424.
- PACHECO, J. T. B.; GOMES, W. B. (1999). Estilos parentais e o desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência. In: REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA, 29., 1999, São Paulo. *Resumos*. Ribeirão Preto, SBP, p. 124-125.
- PATTERSON, G. R.; DEBARYSHE, B. D; RAMSEY, E. (1989). A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, v. 44, n. 2, p. 329-335.
- ROMERO, J. F. (1995). As relações sociais das crianças com dificuldades de aprendizagem. In: COLL, C. PALACIOS, J. & MARCHESI, A. (Orgs.), *Desenvolvimento psicológico e educação: Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar* (pp. 71-82). Porto Alegre: Artes Médicas, Vol. 3.
- SIDMAN, M. (1995). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Editorial Psy II.
- SILVA, A. T. B. (1997). *Treinamento de habilidades sociais e desenvolvimento de interações entre pais e filhos*. São Carlos. 72p. Monografia (Conclusão do curso de Bacharelado em Psicologia), Faculdade de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos.

- SILVA, A. T. B.; DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Relacionamento pais-filhos: Um programa de desenvolvimento interpessoal em Grupo. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 3, n. 3, p. 203-215, 2000.
- SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 8ª edição (Originalmente publicado em 1953), 1993.
- THOMPSON, L.; HERMAN, S.; JURKIEWICZ, T.; HULLEZA, C. Pathways to family empowerment: Effects of family-centered delivery of early intervention services. *Exceptional Children*, v. 64, p. 99-113, 1997.
- WEBSTER-STRATTON, C. Case studies and clinical replication series: Predictors of treatment outcome in parent training for conduct disordered children. *Behavior Therapy*, v. 16, p. 223-243, 1985.
- _____ Systematic comparison of consumer satisfaction of three cost-effective parent training programs for conduct problem children. *Behavior Therapy*, v. 20, 103-115, 1989.
- _____ Early intervention for families of preschool children with conduct problems. In GURALNICK, M. J. (Org.) *The effectiveness of early intervention* Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co., 1997, p. 429-453.